

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE FILOSOFIA

TOSH SHIBAYAMA

Queermeras:

O Emergir De Identidades Monstruosas Através Do Abandono

UBERLÂNDIA

2024

TOSH SHIBAYAMA

Queermeras:

O Emergir De Identidades Monstruosas Através Do Abandono

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Filosofia.

Área de concentração: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Georgia Cristina Amitrano

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S555 2024	Shibayama, Tosh, 2000- Queermeras [recurso eletrônico] : O Emergir De Identidades Monstruosas Através Do Abandono / Tosh Shibayama. - 2024. Orientadora: Georgia Cristina Amitrano. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. 1. Filosofia. I. Amitrano, Georgia Cristina ,1967- (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Filosofia. III. Título. CDU: 1
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Curso de Graduação em Filosofia
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1U - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP
38400-902
Telefone: 3239-4185 - www.ifilo.ufu.br



ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

Curso de Graduação em:	FILOSOFIA				
Defesa de:	GFI039 - TCC				
Data:	25/11/2024	Hora de início:	19:00	Hora de encerramento:	21:00
Matrícula do Discente:	12011FIL018				
Nome do Discente:	Tosh Shibayama				
Título do Trabalho:	Queermegas: O Emergir de Identidades Monstruosas Através do Abandono				
A carga horária curricular foi cumprida integralmente?		☒ (X) Sim ☐ () Não			

Reuniu-se no campus Santa Mônica, sala 5M 210B-CEPFI, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em 25/11/2024, assim composta: Professores(as): PROFA. DRa. GEORGIA CRISTINA AMITRANO (IFILO/UFU) orientador(a) do(a) candidato(a), Me. João Vitor Alcântara Jorge, Me. Lucas Rodrigues Caixeta.

Iniciando os trabalhos, o(a) presidente da mesa, Dr. Georgia Cristina Amitrano apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público e concedeu ao(à) discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do(a) discente, o tempo de arguição e resposta foram definidos conforme as normas do curso.

A seguir o(a) senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

(X) Aprovado(a) - Nota 100 [cem pontos]

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Cristina Amitrano, Presidente**, em 10/12/2024, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Rodrigues Caixeta, Usuário Externo**, em 10/12/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Vitor Alcântara Jorge, Usuário Externo**, em 11/12/2024, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5930337** e o código CRC **716E2DF2**.

Referência: Processo nº 23117.083581/2024-81

SEI nº 5930337

Dedico este trabalho àqueles cujos nomes foram esquecidos nas lutas pela liberdade e pelo direito de ser quem desejavam ser, e àqueles que, no futuro, possam despertar assim como eu despertei. Dedico este trabalho a todos os abandonados, para dizer-lhes que também eu fui, e ainda sou, um deles. Mas agora, posso me dizer: queermera.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a professora Georgia C. Amitrano, por ter me apoiado na elaboração desta pesquisa. Agradeço a minha Irmã Camila que sem a qual jamais poderia ter me mantido minimamente bem durante todos esses anos da graduação. Agradeço ao melhor amigo Matheus, que soube entender meus momentos de afastamento em prol do desenvolvimento dessa pesquisa e pelo companheirismo e lealdade desde o dia que nos conhecemos. Agradeço ao Ruben por sempre ter me motivado a continuar e ter sido uma das pessoas que primeiro deu apoio para um dia pensar a pesquisa. Agradeço ao Projeto Somos por ter me acolhido e pelo tempo que pude colaborar com o projeto. Agradeço ao Laro por tantas horas que me escutou meus desvaneios sobre as os temas que precisei ler. Agradeço aos meus colegas do curso de filosofia que me apoiaram e me suportaram nesses anos e por fim agradeço a minhas Gatas, Bastet e Lilith, por estarem sempre ao meu lado e fazerem das minhas madrugadas sempre aconchegantes.

*O que pode um corpo sem juízo?
Quando saber que um corpo abjeto se torna um corpo
objeto e vice-versa?
Não somos definidos pela natureza assim que
nascemos
Mas pela cultura que criamos e somos criados
Sexualidade e gênero são campos abertos
De nossas personalidades e preenchemos
Conforme absorvemos elementos do mundo ao redor
Nos tornamos mulheres ou homens, não nascemos
nada
Talvez nem humanos nascemos
Sob a cultura, a ação do tempo, do espaço, história
Geografia, psicologia, antropologia, nos tornamos
algo
Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros,
heterossexuais
Homossexuais, bissexuais, e o que mais quisermos
Pudermos ou nos dispusermos a ser
O que pode o seu corpo?
(Jup do Bairro)*

RESUMO

Este trabalho tem como tema a crítica às dinâmicas de exclusão e resistência enfrentadas por identidades marginais, com ênfase nas identidades queer e não-binárias. O objetivo é compreender como essas identidades transformam experiências de marginalização em formas de contestação política e articulação de novas comunidades. A hipótese central propõe que sujeitos queer e não-binários, ao rejeitarem os padrões binários de gênero, constituem expressões de resistência política que desafiam normas hegemônicas de poder e gênero. A metodologia combina uma análise crítica das obras de Giorgio Agamben, Judith Butler e Paul B. Preciado, enfocando conceitos como vida nua, performatividade, passabilidade, contrassexualidade e disforia para examinar mecanismos de exclusão e estratégias de resistência. Os resultados sugerem que o abandono imposto a esses corpos divergentes os posiciona estrategicamente para subverter normas, permitindo a criação de coletividades que rompem com padrões hegemônicos e ampliam possibilidades identitárias e políticas.

Palavras-chave: Resistência política. Identidades queer. Marginalização.

ABSTRACT:

This study focuses on the critique of exclusion and resistance dynamics faced by marginalized identities, with an emphasis on queer and non-binary identities. It aims to understand how these identities transform experiences of marginalization into forms of political contestation and the articulation of new communities. The central hypothesis suggests that queer and non-binary subjects, by rejecting binary gender norms, constitute expressions of political resistance that challenge hegemonic norms of power and gender. The methodology involves a critical analysis of the works of Giorgio Agamben, Judith Butler, and Paul B. Preciado, focusing on concepts such as bare life, performativity, passability, countersexuality, and dysphoria to examine mechanisms of exclusion and strategies of resistance. The findings indicate that the abandonment imposed on these divergent bodies strategically positions them to subvert norms, enabling the creation of collectivities that break away from hegemonic standards and expand identity and political possibilities.

Keywords: Marginalization. Political resistance. Queer identities.

SUMÁRIO

1. RUGIDOS E RUPTURAS: A Emergência das Identidades Cuirís.....	11
2. CORPOS, GÊNEROS E PERFORMANCES: Entre a Construção e a Subversão	17
3. ENTRE A EXCLUSÃO E A RESISTÊNCIA: As Comunidades do Abandono	25
4. DISFORICAMENTE CONTRASSEXUAL: Novas perspectivas e novos sujeitos	35
5. PROFECIAS DISFÓRICAS	38
REFERÊNCIAS	40

1. RUGIDOS E RUPTURAS: A Emergência das Identidades Cuíris

I'm telling you brothers (brothers), sisters (sisters)

*Why can't we learn to (why's so hard) challenge the
system*

Without living in pain

Brothers (brothers), sisters (sisters)

*Why can't we learn to (why's so hard) accept that
we're different*

Well, before (why's so hard) it's too late

What do I have to learn to know what's right for me

What do I have to know

What am I going to do when I feel righteous

Where do I have to go

Who should get to say what I believe in

Who should have the right

What am I going to do with all this anger

Why do I have to fight

(Madonna)

Um rugido ecoa para além das muralhas sociais que há muito tempo cercam as normas estabelecidas. São rugidos monstruosos, oriundos de uma facção que desafia a estabilidade de um sistema firmado nas ruínas do apagamento do diferente. As queermeras¹ despertaram, desafiando a estabilidade da coluna matriz.

¹ O termo “queermeras” será explorado mais adiante.

A não-binaridade de gênero é um termo guarda-chuva que abrange identidades que não se enquadram exclusivamente nas categorias masculino ou feminino, desafiando as normas de gênero binárias e cisnormativas². Dentro dessa diversidade de identidades, encontra-se a identidade queer. Mas o que exatamente significa "*queer*"?

Inicialmente utilizada há mais de 400 anos como um termo pejorativo pelos falantes da língua inglesa, "queer" era uma forma de desvalorizar aqueles que desafiavam as normas sociais da época. Em um período em que os movimentos de liberdade sexual ainda não haviam surgido no Ocidente, a prática de relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo era rotulada como sodomia, uma atividade considerada indesejável ou pecaminosa. Como apontado Guacira Lopes Louro (2001), a própria noção de homossexualidade é uma construção relativamente recente, datando do século XIX. A luta pela liberdade sexual e afetiva de pessoas LGBTQ+ só ganhou força no início do século XX.

Durante a Parada Gay de Nova Iorque de 1990, um texto intitulado "Manifesto Queer Nation" circulou entre os manifestantes da ACT UP³. Este manifesto reuniu vozes marginalizadas em um apelo à união de forças pela visibilidade das identidades marginais e não normativas. O próprio manifesto destaca o significado de ser queer, explicando como gays e lésbicas discordam sobre a identificação com a palavra. Ser gay ou lésbica não se alinha com a etimologia da palavra "gay", que denota alegria, mas sim com a marginalização. A luta pela naturalização e modelo positivo dos movimentos gays e lésbicos teria sido normatizadora, universalizando padrões de ser homossexual.

Destaca-se, que anteriormente nas sementes do desenvolvimento desta pesquisa, foi realizada uma iniciação científica que teve como objetivo uma investigação da manifestação ontológica e social do sujeito não-binário, havia-se a suspeita que primeiro o sujeito se reconhecia ontologicamente para depois se reconhecer como parte do social, os resultados colhidos deram a entender o contrário. Um sujeito ao nascer é marcado logo de cara com duas coisas: um sexo e um nome. A partir dessa marcação, o sujeito é lançado ao mundo e o social o absorve segundo esse nome e sexo determinado, e ali, esse sujeito vive para depois se entender enquanto um sujeito individual. O sujeito individual agora se olha e se espelha nos padrões postos pela norma social que o marcou.

² Cisnormativo é usado para se referir as normas sociais heterossexuais e cisgêneras

³ AIDS Coalition to Unleash Power é um grupo político internacional que luta para melhoras a qualidade de vida de pessoas com AIDS por meio de ação direta, pesquisa médica, tratamento e defesa, e trabalhando para mudar a legislação e as políticas públicas.

Entretanto, quando falamos de sujeitos marcados por um sexo, se fala da marcação com o sexo masculino ou feminino, o sujeito marcado pode não se reconhecer com essa marcação e se perceber em outra. Esse processo de não se identificar com o sexo designado ao nascer é conhecido como transexualidade. As pessoas trans podem optar por realizar uma transição de gênero, que pode incluir mudanças hormonais (como terapia com hormônios), cirúrgicas (como a cirurgia de redesignação de gênero) ou sociais (como mudar de nome e pronomes). Seria a marcação do sexo um processo que ocorre no corpo e que para se adequar as normas é preciso transformar o corpo para que a sociedade aceite o sujeito trans? É de fato um dever de a sociedade estabelecer esses modelos ou esses modelos sequer deveriam existir? Quando de se fala de corpo falamos de corpo em seu sentido biológico?

Judith Butler (2019), em seu texto *Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*, propõe que corpo e sexo não são dados apenas biológicos; são construções sociais moldadas pela história e cultura de cada sociedade. Ou seja, as ideias de masculino e feminino, assim como o que entendemos por “sexo”, são moldadas pelas normas sociais e culturais de cada época. A marcação do sexo dessa forma está ligada a história de uma sociedade e como essa sociedade utiliza suas próprias noções de masculinidade e feminidade para um gerenciamento dos sujeitos desde o nascimento, mas se cada sociedade tem suas próprias noções de masculino e feminino, então seria uma contradição as noções de gênero enquanto binárias serem universais, afinal é nítido que há masculinidades e feminilidades, o binário de gênero em sua base é plural e as noções de gênero em cada sociedade conta com suas próprias particularidades.

Apesar da diversidade de expressões de gênero ao redor do mundo, muitas sociedades são influenciadas por um modelo ocidental que estabelece dois gêneros rígidos: o masculino e o feminino. Esse modelo, que se originou nas culturas grega e romana antigas, foi reforçado ao longo da história, principalmente pelo colonialismo e pelo imperialismo norte-americano.

Dando seguimento, quando se discute sobre sujeitos não-binários esse processo de reconhecimento ontológico-social está mais para um processo do não-reconhecimento que para reconhecimento. É-se de destacar que o que define um sujeito não-binário é sua não concordância com os padrões impostos de gênero enquanto binários, ou seja, masculino e feminino, uma vez que a não-binaridade é um posicionamento político identitário que critica os limites estabelecidos entre a masculinidade e a feminilidade. Sendo assim, o sujeito não-binário não se identifica com o gênero imposto a seu nascimento e não se reconhece exclusivamente

com apenas um dos modelos de gênero binários (masculino e feminino) e opta por uma postura de negar-se a se identificar como do gênero masculino ou do feminino (caso das pessoas agêneros), como também de ser uma interseção entre masculino e feminino fluindo entre as duas concepções de identidade (caso das pessoas gênero-fluído).

Voltando em Butler, a autora apresenta os conceitos de paródia e performance de gênero, que se trata em poucas palavras respectivamente de, a teoria que a noção de um gênero nada mais é que um modelo imitativo da imitação da imitação de uma noção perdida de um gênero universal e performance seria o jeito de agir. Butler deixa a entender que quando uma pessoa se identifica com um gênero ela passa a performar-lo segundo as noções parodiais que esse gênero possui em seu contexto social e histórico, mas o que pretende-se na presente pesquisa é para além de uma mera análise crítica das noções de paródia e performance de gênero, se trata de uma crítica ao estado de viver as cegas em uma imensa ficção social que acredita-se como sendo a única válida pelo simples fato de nós como sujeitos nos desenvolvemos dentro dela e somos podados segundo suas regras antigas e seus modelos de sujeitos já estabelecidos.

É-se evidente que há um problema na universalização das noções de masculinidade e feminilidade, existe a necessidade de criticar o que as teorias de gênese e *télos* dos movimentos de liberdade sexual e gênero culminaram, uma vez que as teorias do feminismo-socialista e do feminismo-radical muitas vezes negligenciam a interseccionalidade e colocaram a raça como uma questão separada. É-se preciso destacar que ainda há outros recortes colocados a partir da perspectiva do homem branco ocidental. As rotulações surgiram para nomear primeiro “o outro” e não “eles”, a relação de nomear/categorizar resultou nos limites entre homem e mulher; branco e não-branco; cisgênero e transgênero; senhor e servo; dominador e dominado. As relações de poder e a denúncia de como teorias universalizantes reivindicam a dominação serão parte do panorama que se pretende traçar com este trabalho, uma vez que as manifestações de reconhecimento ontológico-social dos ditos corpos “anormais” são colocadas de lado a partir da narrativa do universalizante do homem branco ocidental.

De tal maneira, os ditos corpos “anormais” são todos aqueles corpos que ainda estão em processo de sujeição das relações de poder impostas pelo domínio do homem branco ocidental e todos os demais corpos que já passaram por esse processo. Em contraposição, um corpo sem juízo é o sujeito que não se encaixa no processo de sujeição já construído, se trata um corpo-pensante que foi colocado como abjeto, deslegitimado de um grupo, um corpo sem identidade, até se identificar com outros corpos-pensantes que também foram colocados no campo da

margem identitária. Em outras palavras, sujeitos que estão nas encruzilhadas das avenidas identitárias, entre as avenidas: masculino e feminino; branco e negro; cisgênero e transgênero. O que a sociedade ocidental tem feito com os sujeitos que não se encaixam? Quem está no meio de encruzilhada está em qual avenida? Precisa-se seguir um caminho e ir até o final? Destaca-se que essas avenidas identitárias só são nomeadas porque são reconhecidas enquanto existentes e rotas oficiais de formação dos sujeitos, mas onde estão as estradas de terra? Onde estão os caminhos alternativos? Como são as tocas das queermeras? E outra, que são as queermeras?

Eventualmente, uma possível resposta foi encontrada através de Giorgio Agamben, em sua teoria do *Homo Sacer*, o autor discute o conceito de 'vida nua', uma condição de abandono onde certos corpos são tratados como matáveis e ficam fora da proteção social ou legal, confinados às margens da sociedade. Sujeitos que não são mais sujeitos e que estão sujeitos a vida nua e não mais a vida política. Sujeitos fora da polis, mas que dentro do tempo contemporâneo que não saem de dentro da cidade, mas ficam isolados na parte sombria da sociedade, as ruas, a boemia, a margem e ao estado limítrofe.

Este trabalho visa investigar como sujeitos marginalizados – em outras palavras queermeras – constroem novas formas de identidade coletiva, questionando e rompendo com as normas de gênero e poder estabelecidas. Analisando as experiências de abandono e exclusão sofridas por identidades dissidentes, a pesquisa busca compreender como esses sujeitos rejeitam as classificações hegemônicas e se articulam em coletividades que subvertem o modelo binário de gênero e o controle social. A análise se concentrará nas formas de resistência dessas identidades não-binárias e queer, explorando como os sujeitos se reafirmam e se posicionam enquanto expressões políticas de contestação ao sistema normativo dominante.

Para desenvolver essa abordagem, o trabalho se baseia nas teorias de Giorgio Agamben, Judith Butler e Paul B. Preciado, que fornecem perspectivas fundamentais para entender as relações entre poder, corpo e identidade. Agamben, com sua noção de "vida nua" e os mecanismos de exclusão, ajuda a problematizar o abandono a que esses sujeitos são submetidos e como eles se posicionam nas margens da sociedade. As teorias de Butler sobre corpo e sujeição exploram o papel das normas culturais na construção do gênero, enquanto Preciado amplia a discussão sobre as tecnologias de gênero e o impacto das relações de poder na formação das identidades queer, oferecendo um panorama crítico para a resistência desses grupos.

O problema central desta pesquisa é compreender de que maneira o poder atua através do abandono, revelando como essa dinâmica se aplica na experiência das identidades queer e não-binárias contemporâneas. A partir desse questionamento, a pesquisa busca investigar de que modo esses indivíduos constroem novas configurações identitárias, desafiando o sistema normativo e transformando suas experiências de exclusão em uma forma de resistência.

Para abordar essa questão, serão analisadas as obras de Agamben sobre abandono e vida nua, articuladas com as teorias de corpo, gênero e sujeição de Judith Butler, para então integrar as ideias de contrassexualidade e *dysphoria mundi* de Paul B. Preciado. Esse arcabouço teórico possibilitará uma discussão crítica sobre as identidades queer enquanto expressão de resistência política e ruptura com o modelo binário de gênero e os padrões de poder que regem o capitalismo contemporâneo.

Em suma, esta pesquisa busca explorar a complexa relação entre corpo, poder e identidade no contexto contemporâneo, abordando como as estruturas normativas moldam e, ao mesmo tempo, tentam suprimir expressões identitárias que desafiam o binarismo de gênero. Por meio do diálogo com autores como Giorgio Agamben, Judith Butler e Paul B. Preciado, pretende-se investigar as dinâmicas de exclusão e sujeição impostas aos corpos "anormais" e examinar as formas de resistência que emergem desses processos. Com o foco em compreender como os sujeitos queer e não-binários habitam e desafiam as "encruzilhadas identitárias" nas quais são colocados, o trabalho propõe-se a analisar, também, a articulação de novas comunidades de resistência, tanto no espaço físico quanto virtual. Nos capítulos seguintes, serão examinados os conceitos centrais e suas implicações, fornecendo um panorama crítico sobre as possibilidades de ruptura das normas estabelecidas e sobre o potencial de formação de novos sujeitos políticos em meio ao abandono e à marginalização.

2. CORPOS, GÊNEROS E PERFORMANCES: Entre a Construção e a Subversão

*Mexo, remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira
Sabe o que é ser carvão*

*Eu sou pau pra toda obra
Deus dá asas a minha cobra
Hum hum hum hum
Minha força não é bruta (adoro essa frase)
Não sou freira, nem sou puta*

*Porque nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem*

*Nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem
(Rita Lee)*

Nas teorias de gênero, especialmente no pensamento feminista, o entendimento de que o gênero é uma construção histórico-cultural permanece central e desafiador. A célebre frase de Simone de Beauvoir (1980), “não se nasce mulher, torna-se mulher”, resume a ideia de que as identidades de gênero são moldadas por normas e contextos sociais. Este capítulo busca explorar as origens do binarismo de gênero, traçando desde a divisão sexual até a emergência das noções de performance de gênero e os processos de sujeição que fixam essas identidades.

Além das definições de gênero, as marcações identitárias sobre um sujeito são ampliadas e complexificadas em um contexto coletivo. Ao entender-se como parte de um coletivo, o indivíduo molda sua identidade a partir das respostas e do tratamento que recebe. Esse processo de “identificação pelo outro” forma o eixo central de distinção entre o “eu” e o “outro”. No

entanto, essas marcações são socialmente hierarquizadas, projetando alguns sujeitos como mais relevantes e outros como secundários na ordem social. Quando se fala de corpo, deve-se lembrar que o corpo não é apenas um aparato complexo de sobrevivência como também aquilo que percebem de antemão sobre nós, os limites entre o “eu” e o “outro” termina e começa na pele.

No livro *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*, Thomas Laqueur (2001) apresenta uma análise crítica da construção dos corpos sexuais, revelando as raízes históricas do binarismo de gênero. Sua obra destaca a transição do modelo de 'sexo único' para o de 'dois sexos', enfatizando como a antiga visão do corpo feminino como uma versão imperfeita do masculino legitimava uma hierarquia corporal. Essa mudança de perspectiva forneceu, então, a base para as normas de gênero que, até hoje, moldam e restringem os corpos e as identidades.

Sendo assim, durante séculos, prevaleceu-se a ideia de que o corpo feminino era essencialmente uma versão imperfeita do corpo masculino, sem uma oposição categórica. Nesse modelo de sexo único, "os corpos femininos e masculinos não eram opostos, mas diferentes graus do mesmo tipo básico" (Laqueur, 2001, p. 8). Laqueur argumenta que essa concepção derivava de uma visão hierárquica e simbólica dos corpos, em que o feminino era visto como uma variação interna e inferior ao masculino, alinhado a uma ordem cosmológica e social que sustentava a superioridade do homem.

Mais a adiante na obra, Laqueur diz que com o Iluminismo, a ciência e a filosofia passaram a questionar e reformular a estrutura hierárquica da sociedade e, conseqüentemente, as interpretações sobre o corpo e o gênero. A partir do século XVIII, surgem novas explicações biológicas que diferenciam homem e mulher como "opostos intransponíveis" (Laqueur, 2001, p. 17), o que marca a transição para o modelo de dois sexos. Laqueur observa que "não foram as novas descobertas anatômicas ou fisiológicas que impulsionaram essa mudança, mas sim uma reinterpretação cultural dos significados atribuídos aos corpos" (Laqueur, 2001, p. 20).

É-se de destacar que Laqueur, sob o novo paradigma diz que, a biologia foi empregada como justificativa para legitimar uma estrutura social onde as diferenças de gênero eram entendidas como naturais e essenciais. A ideia de um dimorfismo sexual radical tornou-se uma ferramenta cultural poderosa para reforçar a hierarquia de gênero, convertendo o corpo em um "artefato simbólico" que refletia e mantinha as normas de gênero da época (Laqueur, 2001, p. 23).

Judith Butler (2021), em *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, desafia a concepção tradicional de que a identidade de gênero seja uma essência intrínseca, propondo, em vez disso, que o gênero é performativo. Em sua análise, Butler revela que o gênero não preexiste ao sujeito, mas emerge como resultado de uma série de atos reiterados e normativos, os quais o indivíduo realiza continuamente sob o olhar e a expectativa social. Esse processo performativo, regulado por normas de gênero, cria a ilusão de uma identidade substancial. Ao deslocar o gênero para o domínio da performance, Butler expõe a fragilidade das categorias identitárias, sugerindo que são as repetições ritualizadas que sustentam a “naturalidade” do masculino e do feminino. Desse modo, o gênero se apresenta não como uma expressão de uma verdade interior, mas como uma produção regulada e coerente que responde a expectativas e normas sociais.

Se, para Judith Butler, a identidade de gênero se constitui por meio de performances reguladas por normas sociais, Thomas Laqueur nos leva a entender como essas normas não surgem naturalmente, mas possuem uma origem histórica específica. Enquanto Butler argumenta que a ideia de um 'eu' essencial é um efeito das repetições performativas de gênero, Laqueur mostra que até mesmo a divisão entre 'masculino' e 'feminino' é fruto de uma construção cultural. Em sua análise histórica, Laqueur demonstra que a própria dualidade sexual — entendida hoje como uma verdade anatômica inquestionável — é resultado de transformações sociais e epistemológicas que, ao longo dos séculos, consolidaram uma separação hierárquica entre os sexos. Dessa maneira, ao unir as críticas contemporâneas de Butler com a contextualização histórica de Laqueur, pode-se questionar não apenas o que entendemos por gênero, mas também como as normas de gênero são sustentadas por narrativas que parecem naturais, mas são produto de contingências históricas.

Thomas Laqueur aprofunda a ideia de que o sexo, assim como o gênero, é uma construção cultural. Em suas análises, Laqueur revela como, até o século XVIII, predominava o conceito de 'sexo único', no qual o corpo feminino era interpretado como uma versão menos desenvolvida do corpo masculino. Essa concepção, que atribuía ao corpo masculino um status de perfeição, sustenta, segundo ele, as hierarquias e normativas que, mais tarde, dariam origem ao modelo de ‘dois sexos’. Esse modelo, base para o que conhecemos hoje, fundamenta as diferenças de gênero em uma base que parece biológica, mas que é, em grande parte, histórica. Assim, ao historicizar o binarismo sexual, Laqueur nos convida a ver o sexo não como uma verdade anatômica fixa, mas como uma das muitas performances que, ao longo da história, legitimam relações de poder.

Butler esclarece a frase de Beauvoir ao explorar o termo “tornar-se” e explicar que esse processo não implica uma escolha livre e consciente do sujeito. Pelo contrário, é um processo em que o sujeito é moldado de maneira passiva, recebendo da cultura os significados de “ser mulher”, uma vez que o corpo aparece como um meio passivo que a cultura insere os significados do que é “ser mulher” e em meio disso o que se tem não um livre arbítrio do “ser mulher”, mas uma gama de possibilidades do que a feminilidade já tem como disponível ao seu banco de dados de significação. O sujeito é tornado feminino ou masculino por conta das marcações e pelo aquilo que o discurso induz.

O conceito de performatividade é central para a compreensão de como o gênero se estrutura como uma prática discursiva que se repete. Butler explica que o gênero é um “conjunto de atos performativos que produzem a noção de um ‘sujeito de gênero’” e que “os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum” (BUTLER, 2018, p. 55). Esse argumento sugere que o gênero não é uma expressão natural de uma identidade preexistente, mas uma construção social que se dá por meio da repetição de normas e atos culturais, formando uma identidade que parece interna e essencial, mas que é constantemente produzida no plano social.

Neste sentido, no sistema binário, os sujeitos são compelidos a se adequar a uma das duas categorias de gênero — masculino ou feminino —, uma prática que naturaliza o gênero como algo fixo e inquestionável. Butler ressalta que essas identidades de gênero são “normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas” (Butler, 2018, p. 63). Essa conformidade às normas, no entanto, é uma forma de sujeição que exclui e marginaliza as identidades que não se encaixam na lógica binária. A mídia, por exemplo, exerce um papel poderoso na reprodução e promoção desse binarismo ao reforçar estereótipos de gênero através de representações idealizadas e normativas. Essas representações projetam imagens de masculinidade e feminilidade que não apenas refletem, mas também disciplinam e regulam as expectativas sociais sobre os corpos e comportamentos dos indivíduos.

Se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise do gênero. O *locus* de intratabilidade, tanto na noção de “sexo” como na de “gênero”, bem como no próprio significado da noção de “construção”, fornece indicações sobre as possibilidades culturais que podem e não podem ser mobilizadas por meio de quaisquer análises posteriores. Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero

na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero. (Butler, 2018, p. 30)

Sendo assim, a relação entre o conceito de sujeição de Judith Butler e o binarismo de gênero se torna evidente quando analisamos como normas sociais e culturais através do discurso restringem as possibilidades de expressão de identidade a uma estrutura binária. Para Butler, o binarismo de gênero — a divisão estrita entre masculino e feminino — é uma construção social que só se sustenta por meio da sujeição dos sujeitos às normas que o reforçam, restringindo, assim, outras formas de existência e expressão de gênero. Esse sistema binário é reforçado por diversos agentes culturais, como a mídia, a moda, e pelo imperialismo e neoliberalismo, que, juntos, consolidam um modelo de gênero limitado e normativo, que é economicamente e socialmente conveniente para manter padrões de consumo e comportamentos previsíveis.

Judith Butler, ao se debruçar sobre as análises de Michel Foucault, expande a discussão sobre as identidades de gênero e a "verdade" do sexo ao evidenciar que tal "verdade" não é um dado intrínseco, mas, sim, o resultado de práticas reguladoras que forçam a coerência entre sexo, gênero e desejo. Ao observar as maneiras como normas culturais estipulam o que é "inteligível" na construção da identidade de gênero, Butler enfatiza que essas mesmas práticas também delimitam quais formas de existência são consideradas válidas. Aqui, a heterossexualização do desejo assume um papel crucial, criando categorias normativas que exigem e naturalizam a separação entre "masculino" e "feminino" como expressões legítimas dos corpos "macho" e "fêmea".

A noção de que pode haver uma "verdade" do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre "feminino" e "masculino", em que estes são compreendidos como atributos expressivos de "macho" e de "fêmea". A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de "identidade" não possam "existir" — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não "decorrem" nem do "sexo" nem do "gênero". Nesse contexto, "decorrer" seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de "identidade de gênero" parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e

proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, consequentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero. (Butler, 2018, p. 44)

A paródia, segundo Butler, expõe a artificialidade das normas de gênero ao repetir e exagerar performances de identidade de modo a desestabilizá-las. O exemplo da drag queen Divine, mencionado por Butler, revela o potencial subversivo dessa prática, que “tematiza frequentemente ‘o natural’ em contextos de paródia que destacam a construção performativa de um sexo original e verdadeiro” (Butler, 2018, p. 204). Assim, a paródia permite que as estruturas de gênero, vistas como fixas e naturais, sejam reveladas como produto de um processo de repetição normativa, onde o que é considerado verdadeiro e legítimo pode ser subvertido e questionado por meio da ironia e do exagero.

Uma vez que para Butler, o gênero é também uma categoria política, moldada e restringida por normas hegemônicas que estabelecem os limites do que é socialmente aceitável. A autora destaca que a identidade se torna inteligível “por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade”, os quais questionam “a própria noção de ‘pessoa’ pela emergência de identidades de gênero que desafiam a coerência das normas culturais (Butler, 2018, p. 63). Butler desafia o entendimento de gênero como binário, argumentando que as normas de gênero refletem uma estrutura de poder que mantém identidades dentro de uma matriz binária e heteronormativa. As identidades de gênero, ao não se conformarem ao modelo binário, expõem “as normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas”, que operam para regular e restringir expressões de gênero divergentes (Butler, 2018, p. 66).

Entre uma das ferramentas que já datam alguns séculos de atuação na manutenção das noções binárias de gênero no coletivo está a moda, que por sua vez, utiliza o binarismo de gênero como um mecanismo de segmentação de mercado, promovendo produtos e estilos de consumo orientados para categorias estritamente masculinas ou femininas. Nesse contexto, a moda atua como um instrumento que consolida identidades de gênero binárias e facilita a comercialização de uma imagem ideal de masculinidade ou feminilidade. Esse processo se alinha ao conceito de performatividade de Butler, onde “os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum” (Butler, 2018, p. 55). A moda utiliza esses atos performativos como meio de naturalizar o gênero, projetando uma suposta essência que é, de fato, constituída através de repetições de normas visuais e estéticas.

O imperialismo e o neoliberalismo também desempenham um papel importante na manutenção do binarismo de gênero ao promover um modelo global de identidade que enfatiza a eficiência, a produtividade e a conformidade às normas. Em muitos contextos imperialistas e neoliberais, a imposição de normas de gênero e sexualidade estritas serve para garantir um certo controle sobre as populações, facilitando a gestão e previsibilidade dos comportamentos. O imperialismo, historicamente, impôs modelos de gênero ocidentais e binários sobre culturas diversas, destruindo ou marginalizando outras formas de conceber o gênero que não se encaixam na lógica heteronormativa e binária. Este processo é um exemplo daquilo que Butler aponta ao explicar que o sujeito é “invariavelmente produzido por via de práticas de exclusão” (Butler, 2018, p. 22), pois ele marginaliza expressões alternativas de gênero e sexualidade, apresentando o modelo binário como o único aceitável.

Já o neoliberalismo intensifica a sujeição ao promover uma concepção de indivíduo orientado para a autossuficiência, produtividade e consumo, valores que estão frequentemente ligados a papéis de gênero tradicionais e binários. A identidade de gênero, nesse contexto, se torna um bem de consumo, onde a masculinidade e feminilidade são vendidas como produtos a serem aperfeiçoados e mantidos. O modelo neoliberal reforça a ideia de que o gênero deve ser desempenhado de acordo com normas dominantes, atribuindo valor ao sujeito por sua conformidade a essas expectativas. Isso perpetua a ilusão de uma identidade essencial e estável que, na realidade, é “socialmente instituída e mantida” (Butler, 2018, p. 63).

Essas indústrias e ideologias — mídia, moda, imperialismo e neoliberalismo — colaboram para construir e normalizar um binarismo de gênero que sustenta o modelo de consumo e a hierarquia de poder. Ao restringir o gênero a duas categorias opostas e complementares, esses sistemas limitam as possibilidades de resistência e subversão, ao mesmo tempo que consolidam um mercado econômico onde masculinidade e feminilidade são continuamente vendidas, reproduzidas e reforçadas.

Em suma, neste capítulo exploramos como as identidades de gênero e sexo são cultural e historicamente construídas, escapando de qualquer ideal de essência fixa. Com apoio em Judith Butler e Thomas Laqueur, evidenciamos que o gênero não se constitui por uma correspondência natural com o sexo, mas por práticas performativas e repetitivas, que continuamente consolidam a noção de identidade. Essas práticas, sustentadas por normas culturais e institucionais, impõem padrões de conduta e legitimam apenas certas expressões de gênero, relegando outras à margem da aceitabilidade social.

Judith Butler sugere que o gênero é uma prática cultural sustentada por atos performativos e parodísticos que evidenciam sua artificialidade. Como identidade não natural, o gênero emerge em um campo de poder que limita e define as expressões de gênero aceitáveis, mostrando que as identidades são configuradas conforme as normas hegemônicas que condicionam o que é inteligível e socialmente válido. A sujeição opera em um ciclo constante, no qual os indivíduos são moldados e restringidos por normas de gênero reproduzidas e fortalecidas por estruturas de poder e econômicas. Assim, a estrutura binária de gênero, ao restringir expressões e identidades, define o que é visível e apaga o que considera inaceitável.

Dessa forma, a performatividade do gênero não apenas desafia noções tradicionais sobre masculinidade e feminilidade, mas também revela um mecanismo de controle e regulamentação dos corpos. A partir dessa perspectiva, o gênero emerge como uma tecnologia de poder, moldada por forças políticas e culturais que normatizam, discriminam e desumanizam corpos que não se conformam ao binário estabelecido. Esse processo de construção cultural é, portanto, não apenas uma questão de identidade, mas também de exclusão e opressão.

Com isso, avançamos para uma análise mais profunda das consequências da não conformidade às normas de gênero. A questão das identidades desviantes, que não encontram espaço nas definições dominantes, leva-nos a discutir a categoria dos “corpos matáveis” – sujeitos cuja exclusão social e simbólica legitima, em muitos casos, sua exposição a diversas formas de violência. No próximo capítulo, examinaremos como as normas não apenas regulam, mas também marginalizam e ameaçam a própria existência daqueles que vivem nas fronteiras do que é considerado aceitável. Essa demarcação dos corpos que devem se conformar e dos que podem ser excluídos lança luz sobre uma questão inquietante: até onde o binarismo de gênero contribui para a invisibilidade e a “mortalidade social” de certos corpos? É com esse olhar que, adiante, se examinarão os sujeitos que desafiam a norma, revelando como são transformados em corpos matáveis – aqueles que vivem no limiar da aceitação e do abandono.

3. ENTRE A EXCLUSÃO E A RESISTÊNCIA: As Comunidades do Abandono

*Baseado em carne viva e fatos reais
É o sangue dos meus
Que escorre pelas marginais
E vocês fazem tão pouco mas falam demais
Fazem filhos iguais assim como seus pais
Tão normais e banais em processos mentais
Sem sistema digestivo
Lutam para manter vivo o morto-vivo
Morto-vivo morto, morto
Morto-viva*

*Bomba pra caralho bala de borracha
Censura, fratura exposta fatura da viatura
Que não atura pobre, preta, revoltada
Sem vergonha, sem justiça tem medo de nós?
Não suporto a ameaça
Dessa raça que pra sua desgraça
A gente acende, aponta
Mata a cobra, arranca o pau tem fogo no rabo
Passa, faz fumaça faça chuva ou faça sol*

*É uó o ócio do comício
Em ofício que policia o comércio de lucros
E loucos que aos poucos arrancam
O couro dos outros mais pretos que louros
Os mouros
Morenos, mulatos, pardos de papel passado
Presente futuro mais-que perfeito em
Cima do muro
Embaixo de murro, no morro, na marra*

*Quem morre sou eu (Ou sou eu quem mata?)
Quem mata, quem multa, quem mata sou eu
(Ou sou eu quem mata?)
Quem mata, quem multa, quem mata sou eu
(Ou sou eu quem mata?)
(Linn da Quebrada)*

Enquanto o poder hegemônico atua para incluir certos sujeitos, ele também exerce um mecanismo de exclusão que os relega à condição de não-sujeitos, criando assim um espaço de afastamento que dá origem a novas comunidades de indivíduos abandonados. Este capítulo investiga os conceitos de "*homo sacer*", "vida nua" e "abandono" em Giorgio Agamben, com o objetivo de compreender como o poder moderno estabelece formas de exclusão que deixam grupos específicos em uma situação de extrema vulnerabilidade e desproteção. Ao examinar a figura do "*homo sacer*" e a noção de abandono, Agamben expõe uma soberania que se manifesta

tanto pela inclusão quanto pela exclusão, decidindo quem é considerado parte da ordem social e quem é relegado ao seu limiar. No contexto contemporâneo, especialmente para a população LGBTQIA+, essa lógica de abandono se traduz na formação de identidades e grupos que, em sua essência, carregam o sentimento de não pertencimento, alimentado por uma experiência de precariedade constante. Ao longo deste capítulo, portanto, exploramos o abandono não apenas como uma forma de subordinação biopolítica, mas também como uma condição a partir da qual novos sentidos de pertencimento e resistência podem emergir.

Para Giorgio Agamben, os conceitos de *homo sacer*, abandono, *zoé* (vida nua) e corpos matáveis são estruturais para a compreensão do poder soberano na modernidade. Em sua obra *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*, Agamben explora como o poder político se fundamenta na capacidade de determinar quem pode ser incluído ou excluído da proteção jurídica e, em última análise, quem pode ser morto impunemente. Esses conceitos revelam o modo pelo qual a biopolítica moderna manipula a vida em sua essência, reduzindo seres humanos a existências puramente biológicas, desprovidas de significado jurídico e político.

O conceito de *homo sacer* — uma figura jurídica do direito romano arcaico — refere-se a um indivíduo que, por decisão soberana, é excluído da proteção das leis e, portanto, pode ser morto sem que tal ato seja considerado homicídio, mas não pode ser sacrificado. Agamben descreve o *homo sacer* como aquele cuja "vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão" (AGAMBEN, 2007, p. 99). Essa figura se torna essencial para a política moderna, pois revela a relação de exclusão inclusiva: o *homo sacer* é, ao mesmo tempo, parte do sistema jurídico e excluído dele, demonstrando o paradoxo da soberania que, em sua decisão final, se manifesta pela capacidade de declarar quem é matável sem sanção.

Outro conceito chave para Agamben é o de abandono, que expressa a condição do indivíduo que, uma vez excluído da proteção legal, permanece sujeito à influência soberana. Nesse sentido, o abandono "não coloca o homem absolutamente fora da ordem, mas o inclui em sua forma de exclusão" (AGAMBEN, 2007, p. 83). O abandono simboliza a relação entre o soberano e o indivíduo, onde o poder se configura não apenas pela inclusão na lei, mas também pela exclusão dela, que mantém o abandonado em um estado de suspensão legal, exposto à arbitrariedade do poder. É através desse abandono que o Estado moderno revela a lógica de sua autoridade: não proteger ou punir, mas decidir sobre a validade ou suspensão da proteção jurídica em relação à vida.

A *zoé*, ou vida nua, representa para Agamben a forma mais básica da vida, a vida em seu aspecto biológico, em oposição ao conceito grego de *bios*, que se refere à vida qualificada, socialmente estruturada e politicamente engajada. Agamben afirma que "a política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua" (AGAMBEN, 2007, p. 12). Ao longo da história ocidental, essa "vida nua" foi mantida à margem da esfera política, mas, com o surgimento da modernidade, passou a ser apropriada pelo Estado, que a transformou em objeto de controle e administração. Com a politização da vida biológica, a distinção entre *zoé* e *bios* se dilui, pois o próprio poder soberano se torna responsável por decidir quem possui ou não uma vida com valor jurídico e político.

Agamben desenvolve ainda a ideia de "corpos matáveis" para descrever como, no contexto da soberania, certas vidas podem ser eliminadas sem que isso seja considerado um crime. Ao tratar do *homo sacer*, ele menciona a "vida matável e insacrificável", onde o corpo de quem é abandonado pela lei se torna alvo do poder de matar sem responsabilização (AGAMBEN, 2007, p. 83). Esse poder de decidir sobre a vida e a morte, segundo Agamben, torna-se uma característica estrutural dos Estados modernos, exemplificada mais claramente no campo de concentração, onde a vida dos indivíduos é reduzida à sua dimensão biológica e tornada vulnerável à matabilidade sem qualquer consequência legal.

A escolha de Agamben como autor-chave deste capítulo justifica-se pela sua capacidade de iluminar as dinâmicas de vulnerabilidade e exclusão contemporâneas, demonstrando como certos grupos são empurrados para as margens da proteção social e jurídica. No contexto atual, diversos grupos, como a comunidade LGBTQIA+, migrantes e pessoas em situação de rua, são forçados a ocupar espaços onde a precariedade e a exposição ao risco se tornam elementos constitutivos de sua existência. Esses grupos – as *queer*meras – representam novas configurações de abandono, assumindo uma posição onde suas vidas, tal como a figura do *homo sacer*, se tornam matáveis, isto é, sujeitas à violência e à eliminação sem que tal ato seja tratado como crime ou sacrifício.

Para explorar o conceito de corpos matáveis na perspectiva LGBTQIA+, podemos expandir a ideia de *homo sacer* de Agamben, aplicando-a a um contexto de exclusão que afeta a comunidade LGBTQIA+ nas sociedades contemporâneas. Como Agamben descreve, o *homo sacer* é aquele cuja vida é excluída da proteção das leis e, portanto, exposta ao abandono jurídico e à matabilidade (Agamben, 2007, p. 99). Corpos LGBTQIA+ matáveis podem ser entendidos nesse sentido: corpos que, em virtude de normas sociais e jurídicas restritivas ou da

falta de proteção legal, são vulnerabilizados e marginalizados, tornando-se alvo de violências tanto físicas quanto simbólicas e se transformam no que pode-se chamar de queermeras, sujeitos monstruosos cuja a morte não importa as leis.

Assim como o *homo sacer*, as queermeras frequentemente ocupam uma posição de “abandono” por parte do Estado e da sociedade, uma vez que muitas leis, políticas e normas sociais não asseguram plenamente a proteção e a dignidade dessas vidas. De acordo com Agamben, o abandono é uma forma de incluir pela exclusão, onde o indivíduo é mantido dentro da ordem apenas pela ausência de direitos e pela exposição ao risco (Agamben, 2007, p. 83). Na realidade LGBTQIA+, o abandono pode ser observado em contextos em que a discriminação institucional e a violência social colocam esses corpos em uma posição de extrema vulnerabilidade, deixando-os desprotegidos, por exemplo, em crimes de ódio, violências físicas e exclusão social.

Além disso, a ideia de “vida nua” ou “zoé” nos ajuda a compreender como a vida LGBTQIA+ é reduzida a uma existência biológica desprovida de valor social, relegada a um “corpo matável”. Nos casos de violência contra a comunidade LGBTQIA+, a falta de uma resposta punitiva efetiva reforça a ideia de que essas vidas são excluídas do reconhecimento social e jurídico, sendo tratadas apenas como vida biológica desprovida de proteção ou dignidade. Este conceito se torna mais claro em países onde a orientação sexual e a identidade de gênero são criminalizadas, criando uma vida politicamente desvalorizada, que é exposta a políticas de exclusão e até extermínio.

Para Butler (2019), em *Vida Precária: os Poderes do Luto e da Violência*, as respostas alternativas e não violentas às violações sofridas teriam como ponto de partida a adoção da condição de vulnerabilidade e a agressão como bases da vida política. Ao acentuar que a precariedade da vida da qual fala o título do livro tem a ver com a possibilidade inescapável de ser vitimado, ela reconhece que a vulnerabilidade se encontra distribuída desigualmente ao redor do mundo, o que faz com que algumas populações estejam mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras. Segundo seu diagnóstico, a alocação diferenciada da vulnerabilidade se deve ao fato de que as responsabilidades éticas e políticas estejam calcadas em formas radicais de autossuficiência e soberania desenfreada. Nesse sentido, Butler propõe que uma nova forma de organização política seja pensada tendo como princípio o reconhecimento de uma interdependência inevitável e o apelo da precariedade da vida.

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. (Butler, 2019, p. 46).

Em sociedades contemporâneas, o poder se manifesta não apenas pela inclusão, mas, paradoxalmente, pela exclusão sistemática de determinados sujeitos. O conceito de abandono, desenvolvido por Giorgio Agamben, revela como o poder soberano decide quem merece proteção e quem será relegado à precariedade. Ao explorar essa dinâmica, este capítulo propõe uma análise crítica de como o abandono estrutural gera vidas precarizadas, criando espaços para formas alternativas de resistência. Neste contexto, faremos um diálogo entre Agamben e Judith Butler, compreendendo como o abandono é um instrumento de sujeição e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para rupturas sociais significativas.

Dessa forma, o conceito de abandono nos permite compreender como novas subjetividades e identidades sociais são moldadas sob a lógica do poder moderno, evidenciando que, na biopolítica, o poder se manifesta de maneira mais profunda e violenta justamente onde decide quem pode ser “abandonado” e excluído da esfera da proteção social.

A luta por direitos da população LGBTQIA+ insere-se em um contexto de repressão histórica, marcada por reivindicações de direitos que transcenderam o direito de existir para alcançar uma plena integração social e proteção jurídica. O ativismo LGBTQIA+ começou em diferentes partes do mundo com uma série de campanhas voltadas a descriminalizar a homossexualidade, como o movimento liderado por Magnus Hirschfeld na Alemanha, entre o final do século XIX e início do século XX, buscando abolir o parágrafo 175 do Código Penal alemão, que punia atos homossexuais entre homens. A união com movimentos trabalhistas e socialistas ampliou o apoio a essa causa, configurando uma aliança significativa para as conquistas iniciais de direitos (Facchini, 2009, p. 15).

No Brasil, a politização do movimento LGBTQIA+ intensificou-se na década de 1970, durante a ditadura militar, que, paradoxalmente, impulsionou a resistência em diversos setores sociais. Segundo Facchini (2002), a primeira onda do movimento homossexual brasileiro, liderada pelo grupo Somos, em São Paulo, inaugurou uma identidade política que buscava igualdade de direitos para pessoas identificadas como “homossexuais” (Facchini, 2002, p. 18). No entanto, para consolidar essa identidade, foi necessário construir uma homogeneidade,

resultando no apagamento de singularidades e peculiaridades dentro do próprio movimento. Como aponta Edward MacRae, essa unidade serviu como uma estratégia política para dar coesão ao movimento, fortalecendo a luta por direitos civis e pela despatologização da homossexualidade (MacRae, 1985, p. 21).

Esse processo de homogeneização, entretanto, trouxe consigo a exclusão de corpos mais diversos e menos conformes. A ênfase em uma identidade homossexual unificada visava a eficácia política, mas, ao mesmo tempo, marginalizava aqueles que não se encaixavam na representação dominante do movimento. Esse apagamento interno pode ser interpretado através do conceito de *homo sacer*, de Giorgio Agamben, onde o Estado, ao não garantir proteção efetiva e igualitária, posiciona certos corpos LGBTQIA+ em uma zona de vulnerabilidade, em que a vida torna-se politicamente descartável e socialmente abandonada. No texto, Azevedo e Moraes (2021) observam que, “no âmbito pátrio, os movimentos ‘homossexuais’ [...] direcionaram-se para a construção de um coletivo de iguais”, mas essa igualdade foi obtida pela supressão das particularidades (Azevedo; Moraes, 2021, p. 18).

O conceito de *homo sacer*, segundo Agamben (2002), descreve uma figura jurídica excluída da proteção legal, uma vida nua que pode ser exposta à morte sem que tal ato seja considerado um crime. No caso da população LGBTQIA+, Azevedo e Moraes apontam que essa exclusão se reflete nas inúmeras instâncias em que o Estado falha em garantir segurança e direitos plenos para todos. Os autores afirmam que, no atual cenário, “a figura do *homo sacer* está presente nos corpos LGBTQIA+, alijados de proteção e dignidade” e sujeitos a políticas de abandono que limitam as possibilidades de vida segura e integrada (Azevedo; Moraes, 2021, p. 33).

Com a ascensão de políticas neoliberais e conservadoras, ocorre uma aparente manutenção do progresso jurídico e social para LGBTQIA+, mas na prática, muitas vezes, essa população continua relegada à precariedade. A dinâmica biopolítica neoliberal, conforme explica Nancy Fraser (2020), manipula a política de inclusão com a finalidade de apaziguar demandas sociais enquanto promove uma racionalidade de mercado que reduz os direitos a meras concessões seletivas (Fraser, 2020, p. 39). Foucault (1997) complementa essa ideia ao refletir sobre como o neoliberalismo americano expandiu a racionalidade de mercado para o controle dos corpos e da vida biológica, transformando populações vulneráveis em “corpos matáveis” (Foucault, 1997, p. 96).

O conceito de abandono transcende a mera ausência de cuidado ou suporte; ele pode ser interpretado como uma experiência que une aqueles que compartilham vivências similares de exclusão. Em contextos em que as normas sociais tradicionais falham em reconhecer e valorizar as identidades não-binárias e queer, o abandono frequentemente cria um espaço de vulnerabilidade, mas também de solidariedade. Essas comunidades emergentes, embora formadas em resposta à exclusão, representam uma resistência coletiva. A busca por reconhecimento e pertença não se limita apenas a um desejo individual, mas se transforma em um esforço conjunto para afirmar a validade de suas identidades e reivindicar direitos. Assim, o abandono se torna um terreno fértil para a construção de laços comunitários, onde o apoio mútuo e a solidariedade emergem como estratégias de enfrentamento.

Além disso, a experiência de abandono pode funcionar como um catalisador para a formação de redes de apoio que desafiam as estruturas sociais estabelecidas. Por exemplo, muitos coletivos LGBTQIA+ surgiram como resposta ao abandono institucional e social, criando espaços seguros onde a identidade pode ser explorada e afirmada. Essas organizações não apenas oferecem suporte emocional, mas também atuam como plataformas para a militância e a promoção de direitos. Nesse sentido, o abandono, ao invés de ser visto apenas como uma condição negativa, pode ser reinterpretado como uma oportunidade para a resiliência e a agência. Indivíduos que foram deixados à margem podem se unir, articulando suas experiências de exclusão e formulando uma agenda comum de resistência e reivindicação de espaço.

É importante reconhecer que a vulnerabilidade gerada pelo abandono não resulta apenas em uma passividade resignada, mas também em uma reconfiguração das identidades coletivas. O ato de compartilhar histórias de exclusão e abandono torna-se um meio poderoso de afirmação, permitindo que os indivíduos se reconectem com suas experiências e transformem sua dor em força. Nesse contexto, a construção de comunidades de excluídos pode ser entendida como um movimento não apenas em direção à resistência, mas também como um processo de redefinição do que significa pertencer. Ao articular suas histórias e experiências, esses grupos desafiam a narrativa dominante que os marginaliza, reivindicando o espaço de fala e ação dentro da sociedade.

Ao adentrar na temática das comunidades queer, é fundamental examinar a forma como elas se moldam a modelos heterossexuais, mesmo sendo comunidades marginalizadas e ruptivas com os padrões binários. Para isso, utilizo como referência o documentário “Paris is

Burning” (1990) e o seriado “Pose” (2018). No capítulo intitulado *Gender is Burning: Questões de apropriação e subversão*, Judith Butler (2023), em sua obra *Corpos que Importam: os limites discursivos do sexo*, oferece uma análise perspicaz do documentário, que será crucial para complementar nossa compreensão sobre as noções de comunidades e passabilidade dentro da comunidade queer. Essa abordagem permite refletir sobre como a busca por aceitação e reconhecimento frequentemente leva a uma adaptação aos padrões hegemônicos, evidenciando as complexidades da identidade queer em um mundo que ainda privilegia a norma heterossexual.

“Paris is burning” se trata de um documentário que marcou as gerações queers dos anos 90, além de mostrar a realidade de pessoas homossexuais e trans da época, trouxe consigo a representação da noção de “*houses*” que nada mais é que uma casa, a qual muita das vezes é gerenciada por uma “mãe” trans que adota pessoas LBGTs em condições de rua ou desumanizadas, além de muita das vezes retirá-las da prostituição quando possível. O meio de renda das *houses* é gerado principalmente pelo meio de sustento da mãe da *house*, ou pelo rateamento de despesas entre os filhos da casa, a *house* recebe o sobrenome da mãe da casa e todos os filhos recebem esse sobrenome como marca de qual *house* eles pertencem. Para conseguirem melhores condições socioeconômicas e também reconhecimento dentro da comunidade as *houses* competem entre si nos chamados bailes noturnos frequentados e gerenciados pela comunidade *queer*. Os bailes são divididos em apresentações que possuem cada uma sua categoria e pelo menos um membro de cada *house* compete para levar o prêmio de quem performa melhor a categoria.

A performance no caso se trata daquele que melhor “imita” tal categoria, um exemplo simples apresentado por Butler (2023) é a categoria de “traje militar”, que consiste não apenas em quem tem o melhor traje militar, como também em quem desempenha melhor tanto em modo de andar, posar e até mesmo falar de um militar. Esse ato de imitação do personagem da categoria de modo autêntico é o que se entende como base do que se pode chamar de passabilidade.

O que determina o efeito da passabilidade é a capacidade de fazer a personagem parecer autêntica, de produzir o efeito da naturalização. Esse efeito é em si o resultado de incorporação de normas, uma reiteração de normas, uma encarnação da norma racial e da classe que é ao mesmo tempo uma figura – a figura de um corpo que não é nenhum corpo em particular, mas um ideal morfológico que permanece sendo a norma

que regula a performance, mas do qual nenhuma performance pode totalmente se aproximar. (BUTLER, 2023, p. 223)

A passabilidade se trata de um ato performativo segundo as normas reguladoras, basicamente para que um sujeito seja lido pelo coletivo como dentro de uma determinada categoria é preciso que ele saiba “parodiar” essas noções da maneira mais fiel possível as normas para assim convencer os demais em um baile por exemplo. Entretanto esse ato não se resume somente aos bailes ou a comunidade *queer*; pelo contrário, foi a própria norma heterossexual que criou essa norma e quem é marcado socialmente deve ter uma performance bem-feita para que o grupo hegemônico aceite aquele sujeito como parte de um “nós”.

Ao passo que a noção de passabilidade de gênero, raça e classe social denunciem que existe uma construção social por trás, o uso da comunidade queer desses recursos para melhor adaptação as normas nunca os fara de fato o personagem performado, uma vez que o personagem atribuído é uma noção de paródia, e como dito anteriormente, não existe um nascer homem ou mulher, existe um tornar-se dentro das normas estabelecidos e por mais que um sujeito trans faça todas as modificações corporais, hormonais e sociais possíveis existe os fatores do que é passável ou não segundo as normas estabelecidas que permeiam não só o corpo como também as noções culturais de gênero, raça e classe.

Por mais contraditório que seja, “ser completamente homem” ou “completamente mulher”, há como performar segundo essas noções e ser passável a sociedade, mas seguir esses modelos e querer se encaixar é querer deixar o sistema como está, querer moldar o corpo aos modelos cobrados é ceder a dominação ao invés de pensar uma possível revolução tecnológica do sexo rompendo com os padrões estabelecidos.

Voltando ao seriado “Pose”, por mais que a personagem Elektra tenha o sonho de fazer uma cirurgia de resignação sexual para poder se tornar uma mulher de verdade, ela descobre que se ela fizer isso ela perde o que lhe oferece mais capital enquanto uma acompanhante de luxo que tem a peculiaridade de ser uma “mulher de pau” e ao mesmo tempo em outra cena, ela defende a presença de suas colegas trans em um restaurante se reconhecendo como uma mulher, uma vez que sendo elas harmonizadas, operadas ou seja lá qual procedimento estético que elas fazem elas se entendem sobre a marca da feminilidade, mas essa feminilidade que elas estão inseridas está marcada por dois recortes importes: primeiro elas mulheres negras; segundo elas são mulheres trans. Ao passo que a Elektra não se vê como uma mulher de verdade, mas outras meninas se veem mesmo com a presença de uma genitália masculina. Como dito o que

importa não é quem tem o melhor traje e sim que engana melhor o outro dentro da sua interpretação de personagem dentro das noções de gênero.

O grande problema está em sujeitos *queers* ainda quererem se espelhar em modelos heterossexuais de cultura ao invés de repensarem novas fórmulas, claro que estamos inseridos em uma sociedade construída a milhares de anos em sequelas coloniais do ocidente cristão, mas é a partir da percepção que tem algo errado nesse sistema, que tem algo de incomodo em sujeitos serem expulsos da sociedade pelo simples fato de não se enquadrarem e haver um processo de alienar esses sujeito a noção que o que está errado são estes e não aqueles que os apontam. “E se a “disforia de gênero” não fosse um transtorno mental, mas uma inadequação política e estética de nossas formas de subjetivação em relação ao regime normativo da diferença sexual e de gênero?” (Paul B. Preciado. p. 22, 2023)

Em suma, a análise dos conceitos de "*homo sacer*", "*vida nua*" e "*abandono*" de Giorgio Agamben revela como o poder soberano contemporâneo opera não apenas por meio da inclusão, mas, fundamentalmente, através da exclusão e da precarização de certos grupos, especialmente a população LGBTQIA+. O abandono, longe de ser uma mera condição de desamparo, emerge como um terreno fértil para a construção de novas formas de subjetividade e resistência. As comunidades formadas em resposta a essa exclusão não apenas contestam a lógica biopolítica que as marginaliza, mas também reivindicam um espaço onde suas identidades possam ser plenamente reconhecidas e valorizadas. Na atualidade brasileira, a transexualidade avança para novos patamares, com as noções de passabilidade e de “verdadeiro sexo” se diluindo. A cada dia, novas mulheres de pau e novos boycetas emergem, reformulando as concepções de masculino e feminino. O maior espaço de divulgação dessas realidades não se dá apenas pelo pensamento intelectual, mas também pelas produções musicais de artistas como as Irmãs de Pau, Linn da Quebrada, Jup do Bairro e muitos outros que poderiam ser mencionados. Além dos sujeitos abandonados, surge também um novo tipo de sujeito, emergindo das ruínas do mundo heteronormativo em desmoronamento: os sujeitos disfóricos, que serão apresentados no próximo e último capítulo deste trabalho.

4. DISFORICAMENTE CONTRASSEXUAL: Novas perspectivas e novos sujeitos

Escutaram? É o som do mundo de vocês desmoronando.

E do nosso ressurgindo.

(Exército Zapatista)

Novos sujeitos políticos que desafiam a estrutura não de hoje, a medida que se observa o registro da história e até mesmo do desenvolvimento científico a verdade se estabelece sobre controle do poder hegemônico seja ele econômico, político ou até mesmo religioso. Como exemplo sabemos o impacto que a revolução copernicana causou no desenvolvimento da perspectiva sobre o mundo, houvesse uma mudança de figura e forma. Da centralidade do homem como resposta, para a natureza como quem se manifesta e é percebida pelo sujeito. Muitos corpos diferentes e teorias do conhecimento foram queimadas, nomes riscados e até mesmo deletados dos registros.

Em meio a todo traçado da atual realidade da história em os sujeitos viveram e ainda vivem e ão de viver, pode surgir um sentimento de desconforto, um mal-estar ao se perceber dentro da realidade e entender a estrutura como um todo e claro um desejo de afastamento do bando, afinal não um sujeito pode não se reconhecer mais como parte dele, com isso surge um mal-estar com o mundo de maneira geral, que nas palavras de Paul B. Preciado (2023), podemos chamar de *dysphoria mundi*, ou de apenas disforia.

Em sua obra *Dysphoria Mundi: O som do mundo desmoronando*, Preciado (2023) apresenta uma nova postura de produção de conhecimento e uma explicação mais afunda do que se trata o termo “disforia” partindo desde seu sentido epistemológico a como a medicina, psicologia e as relações de poder se apropriaram de tal conceito. Preciado não pretende de forma alguma resumir o significado da palavra a condição de disforia de gênero – desconforto ou sofrimento relacionado a uma incongruência entre a identidade de gênero de um indivíduo e o sexo atribuído ao nascimento – mas para além disso pensar a disforia como um despertar da condição de alienação com a estrutura atual do que o autor define como o nome completo do atual sistema em que vivemos, Capitalismo petrossexorracial⁴.

⁴ Petrossexorracial é uma somateca de palavras para descrever que o capitalismo é focado nas produções petrolíferas e em todo mercado automobilístico e de energético – por isso petro – formentando a partir da lógica

A disforia em seu sentido etimológico é a “hibridação do prefixo grego *dys* — que retira, nega ou indica dificuldade — com o adjetivo *phoros*, derivado do verbo *pherein* — levar, acarretar, suportar, trasladar [...] a noção de *dysphoria* indica um problema de carga, uma dificuldade de resistência, a impossibilidade de suportar o peso e transportá-lo” (PRECIADO, p. 23, 2023)

Preciado define a disforia como um despertar, mas ao mesmo tempo é de se perceber que esse mal-estar causado pela sociedade é também uma forma de controle, como diria Aristóteles em *A Política*, “somos animais sociais”, e uma vez sendo a organização da sociedade feita a partir da ideia de coletivos, ou seja, bandos há sempre um desejo pelo pertencimento ou pela aprovação e os sujeitos serão condicionados a se adaptarem a tais modelos de corpo ou aceitarem sua condição de desamparo da sociedade.

Quando se pensa nas normas binária apresentadas anteriormente e até mesmo no processo de performance, quando existe o desejo pela passibilidade de uma personagem e não se conquista a leitura do grupo como algo autêntico, o sujeito é colocado em um sentimento disfórico e surge o desejo pela adequação pela norma e como apresentado por Butler (2022), não há como ser totalmente esse modelo, porque esse modelo autêntico não existe, não há como ele existir com todas as possibilidades de masculinidades e feminilidades disponíveis.

Ao passo que esse sentimento de disforia é aplicável as noções de gênero ele também é aplicado na estética, nos grupos sociais, nos modelos empresariais, nas instituições, ou você se percebe excluído, não pertencente, se sente mal no mundo e se adaptar a ele ou então você é abandonado pelo bando e passa a ser mais um sujeito invisível para o meio que está inserido.

Preciado representa apenas um das diversas queermeras que despertaram em meio a ficção normativa que a história do ocidente nos contou, antes dele diversos grupos revolucionários e até mesmo “outros” sujeitos foram apagados ou engolidos pelo avanço do imperialismo, afinal o sistema capitalista se retroalimenta e da estrutura estabelecida se ergue uma superestrutura que possui uma relação dialética⁵. Quem produz a base é quem está na materialidade, aqueles que trabalham, toda a produção intelectual deveria ao menos está em prol daqueles que mais precisam de uma transformação ou libertação das amarras da ficção

do homem masculino e na reprodução heterossexual – por isso sexo – e da lógica do homem branco e nas produções enquanto ele como sujeito matrix da sociedade – por isso racial.

⁵ Me refiro aqui a Karl Marx (2007) em *Ideologia Alemã*

normativa, novos sujeitos políticos disfóricos estão surgindo e uma necessidade de novas perspectivas surge.

A estrutura atual é como podemos dizer um grande rei formado pelo pacto de sangue e contratual sem clausula de cancelamento, um ser além dos homens e até acima deles, que é o que Hobbes (1979) passou a chamar de Estado, mas prestemos atenção minuciosamente em como esse ser acima de nós apaga e não só isso consume tudo que pode apenas em prol de se manter, como diria Linn da Quebrada em uma de suas composições está lá “faça chuca ou faça sol”, mas em contra partida a medida que o tempo passa nas ruínas dessa estrutura novos sujeitos veem se reunindo e se mobilizando, seja através de novas formas de produções intelectuais ou manifestações artísticas que são um autorretrato de sujeitos disfóricos e queers, um aglomerado livre que se uni, mesmo que pequenos, mas que cada dia cresce em um contrato com validade em prol da derrubada da ficção do velho mundo, a queermera, formada pelas produções desses novos sujeitos está surgindo e irá através de seu rugido desafiar o arcabouço do que a sociedade petrossexorracial tem tentando manter como verdade, desafiar a ficção e denuncia-la, trazer a tona que o sentimento disfórico é parte do despertar.

5. PROFECIAS DISFÓRICAS

*As velhas terão sonhos
As jovens terão visões
As velhas terão sonhos
As jovens terão visões
As velhas terão sonhos
As jovens terão visões
As velhas terão sonhos
As jovens terão visões*

*Ora pois, quando fomos amarradas e lançadas na
fornalha
Em sua mais alta temperatura
Por não nos dobrarmos diante do trono de nenhum
senhor
Foi que Deyse se revelou a nós*

*Nascemos em manjedouras
E depois de crucificadas
Ressuscitamos
Deyse são as Yabás falando ao pé do meu ouvido*

*Juntas em unção
Fizemos da cruz a encruzilhada
Nos levantamos do vale de ossos secos
Transformamos pranto em festa
Nossos cus em catedrais
Conhecemos os mistérios por com eles andar (eu não
vou morrer)
(Ventura Profana)*

Em uma passada geral o presente trabalho apresentou até onde minha pesquisa conseguiu chegar e como as problemáticas da minha pesquisa anterior foram solucionadas, em certa medida não existe um final concreto para esta pesquisa, afinal o verdadeiro assunto é outro e ele só poderá ser resolvido através de uma pesquisa mais aprofundada e mais específica.

O abandono é um dos aparatos do estado soberano para deslegitimar corpos, mas ao mesmo tempo é o terreno fértil para a cocriação de novos sujeitos e assim novas comunidades, todavia novos sujeitos que ainda são submissos a cultura, a ação do tempo, do espaço, história, geografia, psicologia, antropologia e demais normas que tentam um encaixe a todo custo em uma ficção social. A passabilidade é só a tentativa excessiva de tentar se encaixar e melhor imitar a parodia normativa, mas esse processo imitativo por mais convincente que seja não fara ninguém a representação em carne desse ideal, afinal de contas é impossível chegar até ele.

Encerro está etapa de pesquisa com o anúncio que a disforia e da sua relação com o abandono está ligada a uma das formas de melhor manter sujeitos presos na atual estrutura de controle de corpos-sujeitos, presos não só em ser homens ou mulheres, mas que podem comprar ser homens e mulheres, se adaptam como tal ao ponto de uma passabilidade que convença o resto do grupo.

Há aqueles que são absorvidos pelo sistema e serão modelos, afinal o processo de construção de qualquer sujeito sendo ele o espírito do tempo de Hegel, ou o sujeito performativo de Butler é um eterno processo dialético de reconhecer, não reconhecer, olhar de fora e então reconhecer, um processo de semelhante a roer um pequi, tomando cuidado com os espinhos e consumindo a polpa.

Em suma, não adianta seguir um modelo, os modelos são ficcionais, os limites de formas de ser, agir, performar estão além do Capitalismo Petrossexorracial diz como certo, ainda há muito o que perceber para então os sujeitos não sejam abandonados pelo poder hegemônico e o ciclo de criação de sujeitos matáveis continue, há muita disforia para ser provocada nas pessoas para que elas possam se desprender dos grilhões do controle do velho monstro que tudo consome, é hora das identidades monstruosas se libertarem em prol da liberdade dos corpos-sujeitos. É hora das queermeras virem a tona.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão de; MORAES, Gabriel Alberto Souza de. No limiar do homo sacer: as vidas matáveis da população LGBTQIA+. In: AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão de (Org.). *Corpo, gênero e relações de poder: estudos sociojurídicos*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER, Judith. *A Vida Psíquica do Poder: Teorias em Sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- _____. *Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. 1ª edição. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- _____. *Corpos que importam: Os limites discursivos do sexo*. 1ª edição. São Paulo, N-1, 2019.
- _____. *Problemas de Gênero Feminismo e subversão da identidade*. 21ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2021.
- _____. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- FACCHINI, Regina. “Sopa de Letrinhas”? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. São Paulo. 2002.
- FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris – Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. In: *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Prefácio de Michel Foucault, novela de Oscar Panizza, trad. Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- _____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 18ª edição, 2007.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Col. Os Pensadores. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista estudos feministas*, v. 9, p. 541-553, 2001.
- MACRAE, Edward. *O militante homossexual no Brasil da ‘abertura’*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1985.

MANIFESTO QUEER NATION, Tradução de Roberto Romero. Cadernos de Leitura, Belo Horizonte, n. 53, novembro 2016. Disponível em Disponível em: <<https://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-53-manifesto-queer-nation/>>. Acesso em 16/08/2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PRECIADO, Paul B. Dysphoria Mundi: O som do mundo desmoronando. 1ª edição, 2023, Rio de Janeiro: Zahar.

_____. Manifesto Contessexual. 14ª edição. São Paulo, N-1 edições, 2014.